

## História, militância política e pesquisa

Raimundo Nonato Pereira Moreira\*

*Jailma Maria de Lima*†

*Arthur Luís de Oliveira Torquato*‡

**ENTREVISTA** concedida à Professora Jailma Lima, da UFRN e ao Professor Arthur Luís de Oliveira Torquato, do IFRN, pelo Prof. Raimundo Nonato Pereira Moreira, da UNEB, logo após sua participação no VII Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades, ocorrido no período de 07 a 11 de novembro de 2017 na cidade de Caicó-RN.

*Professor Raimundo, fale-nos sobre a sua trajetória pessoal e o porquê da escolha de cursar história.*

Nasci na cidade de Alagoinhas, estado da Bahia, em 12 de fevereiro de 1965. Meu pai, Amadeu de Araújo Moreira (1925-2001), era proprietário rural e minha mãe, Consuelo Pereira Moreira (1935-), professora primária. Até os 13 anos de idade, morei na Fazenda Limoeiro, município de Esplanada, Litoral Norte da Bahia, próximo à fronteira com o estado de Sergipe, juntamente com os meus irmãos, Renato José (1966-) e Consuelo Maria (1967-). Às vezes, visitávamos nossas avós em Esplanada e Alagoinhas e podíamos transcender o universo do campo, com acesso à luz elétrica e – especialmente – à televisão. Aliás, correndo o risco de incorrer na aterrorizante “ilusão biográfica”, cresci dividido entre o fascínio pelas luzes urbanas e a recusa do mundo rural – inclusive no que concerne a me tornar um fazendeiro.

Na cidade, além das novelas da Rede Globo e o *Jornal Nacional*, acompanhava seriados como *O Túnel do Tempo* (uma premonição de que, um dia, seria historiador? Gargalhadas!!!), *Jornada nas Estrelas*, *Terra de Gigantes* e *O Planeta dos Macacos*. Também assistia às transmissões dos jogos da Seleção Brasileira

---

\* Universidade do Estado da Bahia – UNEB. raimundononatopereiramoreira@yahoo.com.br.

† UFRN. jailmalima@ig.com.br.

‡ IFRN. arthurlot@gmail.com.

nas Copas do Mundo de 1970 e 1974, além das partidas dos meus times – Atlético de Alagoinhas (às vezes ia ao estádio *Carneirão*) e Corinthians. Gostava de jogar futebol e Roberto Rivellino (1946-) foi meu primeiro ídolo – Johan Crujff (1947-2016) e Sócrates (1954-2011) vieram depois.

No campo, além do rádio, tinha acesso ao que ocorria no resto do mundo através de jornais, revistas e notícias enviadas pelos parentes. Meu pai, embora tivesse estudado somente até o terceiro ano primário, gostava de História e recordava as lições do seu mestre-escola sobre a Guerra do Paraguai (1864-1870), a Abolição (1888) e a Guerra de Canudos (1896-1897). Ademais, tinha excelente memória e gostava de contar casos da sua vida e histórias infantis. Minha mãe, além de eleger o Português e a Matemática como matérias preferidas, lia em voz alta para o restante da família – a exemplo do romance *A Aldeia Sagrada* (1953), de Francisco Marins (1922-2016), meu primeiro contato com a temática de Canudos através da cultura letrada.

Estudei na Escola Estadual de Limoeiro e tive em minha mãe a primeira professora. Ironicamente, graças aos acordos MEC-USAID, uma escola localizada no Brasil profundo tinha uma biblioteca, chancelada pela Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED). Em algum tempo, devorei boa parte dos volumes disponíveis nas três estantes que formam o modesto acervo da escola: obras de Monteiro Lobato (1882-1948), adaptações dos contos das Mil e Uma Noites e livros sobre assuntos mais diversos. No tocante ao conhecimento histórico, afeiçoei-me especialmente à *História do Brasil* (1963), de Hélio Vianna (1908-1972). Recordo ainda ter lido com prazer *As Aventuras de Tibicuera* (1937), de Érico Veríssimo (1905-1975).

Em 1978, a família mudou-se para a cidade de Entre Rios, em muito devido à preocupação da minha mãe com a nossa educação formal. Nos anos seguintes, continuei a me interessar pela História e obtive boas notas no colégio. Em 1982, tive o batismo de fogo na política. Na minúscula Entre Rios, participei de uma caminhada organizada pelas mulheres do PMDB e apoiei as candidaturas de Roberto Santos ao governo do estado e de Waldir Pires ao Senado Federal. Na

mesma campanha, em Esplanada, assisti a um comício no qual discursou o candidato a deputado federal Fernando Santana (1915-2012), comunista histórico, cassado em 1964. No mesmo ano, comecei a me interessar pelo socialismo e me inseri no campo da oposição à ditadura civil-militar.

Em 1983, buscando escapar do lugar-comum dos demais estudantes entreerrienses, ou seja, terem que escolher entre os cursos técnicos de Magistério e Contabilidade, convenci os meus pais a me matricularem no Colégio Dínamo, em Alagoinhas. Do ponto de vista prático, o ano letivo foi um desastre: consegui ser reprovado em Matemática, Física, Química e Biologia. Porém, os contatos com os colegas de esquerda me permitiram conhecer um pouco sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), embora também lesse *Tribuna na Luta Operária*, periódico vinculado ao PC do B. Companheiros menos politizados me apresentaram *Kraftwerk*, *Pink Floyd*, Jean-Michel Jarre e *Camisa de Vênus*. Finalmente, o colégio possibilitou o encontro com a coleção *História das Sociedades*, organizada por Rubim Santos Leão de Aquino (1929-2013), meu primeiro contato sistematizado com o materialismo histórico.

Retornei a Entre Rios e, buscando fugir da profissão materna, matriculei-me no curso técnico de Contabilidade, concluído em 1985. Ao mesmo tempo, os ventos da transição da ditadura para o Estado democrático de Direito também sopravam em Entre Rios, cidade conhecida pela violência na política e por disputas entre duas parentelas oligárquicas. Assim, ao tempo em que lia obras de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), como *A Ideologia Alemã* (1845) e *Manifesto do Partido Comunista* (1848), aceitei o convite de um amigo e assinei a ficha de filiação ao PMDB. Em pouco tempo, já integrava o diretório municipal, na condição de tesoureiro. Até pelo menos 1987, fui um comunista atuando no PMDB – como se ainda estivéssemos na vigência da ditadura. A política baiana é mesmo complicada e, em 1986, o grande desafio que se colocava para os homens e as mulheres de esquerda era derrotar o então ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães (1927-2007). Assim, permaneci no PMDB, ao tempo em que mantive contatos com Paulo Fábio

Dantas Neto (hoje professor de Ciência Política na UFBA), então vereador pecebista em Salvador, apoiando a sua candidatura a deputado estadual e a de Fernando Santana para a Constituinte.

A minha vinculação plena ao PCB esbarrava fundamentalmente em um drama familiar. Meu pai, fazendeiro e antigo quadro da UDN, era profundamente anticomunista. Ele recordava os embates ideológicos anteriores ao golpe de 1964 e temia ver as suas terras ser ocupadas pelos camponeses. Minha mãe, além de ecoar os temores da pequena-burguesia no que concerne à revolução social, manifestava um anticomunismo de matriz católica. Hoje, recordando a situação, apenas posso sorrir dos receios dos meus pais. No universo das esquerdas, na metade da década de 1980, o “Partidão” se destacava pelo comedimento político (aliás, acredito que o equilíbrio manifestado pelos comunistas da linha soviética foi o que me atraiu para a organização), apoiava o presidente José Sarney (1985-1990), a transição pacífica ao socialismo (ou o socialismo com Democracia) e defendia um governo de ampla coalizão democrática. De toda sorte, filei-me ao PCB, ao tempo em que militava em movimentos de jovens e em lutas dos trabalhadores rurais – alguns se tornaram fundadores do PT em Entre Rios.

Em 1988, tive que decidir o rumo da minha vida. Por ser considerado “um rapaz de ideias avançadas”, atrai animosidades e não conseguia trabalho na cidade que me acolheu. À época, manifestei interesse de cursar Jornalismo e até contribuí com textos para algumas publicações locais. Porém, o curso dos sonhos ficava em Salvador, o que me assustava bastante. Assim, em 1989, prestei vestibular e fui aprovado para o Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Alagoinhas. Sintetizando, acredito que a escolha pela História se deveu ao ambiente familiar, à militância política e ao temor de enfrentar a “selva de pedra” da capital, na qual poderia cursar Jornalismo.

*Quanto à sua trajetória profissional, conte-nos o percurso.*

A minha trajetória profissional se iniciou ao mesmo tempo em que fui aprovado para o Curso de História da UNEB, em 1989, quando enfrentei a primeira experiência do magistério ministrando aulas para turmas de 6ª série ao 1º ano, na cidade de Cardeal da Silva, vizinha a Entre Rios. Nos anos seguintes, continuei lecionando História e outras matérias em colégios privados de Alagoinhas. Concomitantemente, na Graduação, fui apresentado a autores como Ciro Flamarion Cardoso (1942-2013), Jean Glénisson (1921-2010), Edward Hallet Carr (1892-1992), Perry Anderson (1938-), Georges Duby (1919-1996), Jacques Le Goff (1924-2014), Michel Vovelle (1933-), Marc Bloch (1886-1944), Lucien Febvre (1878-1956), Fernand Braudel (1902-1985), Peter Burke (1937-), Carlo Ginzburg (1939-), Geoffrey Barraclough (1908-1984), René Rémond (1918-2007), Eric J. Hobsbawm (1917-2012), Marc Ferro (1924-), Carlos Guilherme Mota (1941-), Kátia Mattoso (1931-2011), João José Reis (1952-), Edgar Salvadori de Decca (1946-2016) e Boris Fausto (1930-).

A queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da União Soviética (1991) me marcaram profundamente, inclusive no que concerne às escolhas teóricas – levando-me a tomar ainda mais distância das interpretações ortodoxas do marxismo. Ao mesmo tempo, afastei-me da militância comunista, mormente após a transformação do PCB no Partido Popular Socialista (PPS), em 1992, embora continuasse filiado à nova organização. Incentivado por alguns professores, passei a considerar o ingresso na docência mediante concurso público. Uma escolha plausível era a disciplina História Medieval, sob o influxo dos historiadores das Mentalidades. Mas, em uma aula, como proposta de trabalho acadêmico, o professor José Cláudio Alves de Oliveira, citou a famosa máxima de Benedetto Croce (1866-1952): “Toda verdadeira história é história contemporânea”. Com algumas ideias na cabeça e vontade de me tornar professor universitário, concluí a Graduação em História, em 1993. No ano seguinte, entre os dias 11 e 14 de abril, submeti-me ao concurso público da

UNEB para a disciplina História Contemporânea. Aprovado em primeiro lugar, assumi o posto em 30 de agosto do mesmo ano. Desde então, leciono História Contemporânea (atualmente na Área de Europa) e disciplinas/componentes de Fundamentos Teóricos e Metodológicos no Curso de Licenciatura em História do Campus II/Alagoinhas da UNEB. No que concerne à pós-graduação, entre os anos de 2008 e 2016, atuei como docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local (PPGHIS), localizado no Campus V/Santo Antônio de Jesus da UNEB. Em 2017, passei a integrar o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Práticas Sociais (PPGHCS), também na minha querida Alagoinhas.

*Quanto à trajetória de pesquisa, como se deram as suas escolhas?*

A máxima crociana referida na questão anterior, associada às leituras de E. H. Carr, Robin George Collingwood (1889-1943) e Adam Schaff (1913-2006), forneceu a senha para o meu ingresso no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Teoria e Metodologia da História, oferecido pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em dezembro de 1995, quase ao mesmo tempo em que nascia meu único filho, Jorge Gabriel. A pesquisa desenvolvida resultou no trabalho monográfico intitulado *O conceito de História Contemporânea na Teoria da História de Benedetto Croce*, sob a orientação do Prof. Me. Humberto José Fonsêca, apresentado em dezembro de 1997.

Simultaneamente, participei e fui aprovado na seleção 1996 do Mestrado em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Em março ano seguinte, vinculado à linha de pesquisa “História, Memória e Historiografia” e sob a orientação do Prof. Dr. Héctor Hernán Bruit Cabrera (que faleceu em 2007), busquei aprofundar a pesquisa já em curso na UEFS. Na UNICAMP, pude pesquisar na excelente biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e ler parte significativa da obra historiográfica de Benedetto Croce. Ademais, pude entrar em contato com trabalhos de relevantes historiadores italianos do século XX, a exemplo de Arnaldo Momigliano (1908-1987), Delio

Cantimori (1904-1966) e Federico Chabod (1901-1960), além de dialogar com ideias desenvolvidas por Carlo Ginzburg, Renzo de Felice (1929-1996), Norberto Bobbio (1909-2004) e Henry Stuart Hughes (1916-1999) acerca da presença de Croce na cultura italiana e europeia do século XX.

As discussões travadas com docentes e discentes agregados pela linha de pesquisa “História, Memória e Historiografia” influíram decisivamente no resultado final da pesquisa. Também fiz excelentes cursos na disciplina Teoria da História I (sob a batuta do professor Edgar de Decca) e nos Tópicos Especiais ministrados pelo professor Michael McDonald Hall (1941-), que priorizou a História Social do Trabalho, e pela professora Maria Clementina Pereira Cunha (1949-), centrado na discussão acerca do gênero biográfico. Em 24 de agosto de 1999, defendi a dissertação *Toda verdadeira história é história contemporânea: a historiografia como passado-presente na obra de Benedetto Croce*. Mas o “parêntesis” Croce ainda não havia sido fechado em minha trajetória de pesquisador – ele reapareceu até o ingresso no doutorado.

Em 1997, no curso da disciplina Teoria da História I, o professor Edgar de Decca propôs que redigíssemos ensaios nos quais estabeleceríamos cruzamentos entre a História e a Literatura em certo conjunto de obras que se situavam na zona de fronteira dos gêneros em questão – a exemplo de *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha (1866-1909). O produto final foi o ensaio “A história como história contemporânea: uma abordagem possível de *Os Sertões*?, estabelecendo relações de intertextualidade entre o livro euclidiano e o romance histórico *Quatrevingt-treize [Noventa e Três, 1874]*, de Victor Hugo (1802-1885). Significativamente, em 1997 rememorou-se o centenário do término da Guerra de Canudos, inclusive com a realização de eventos acadêmicos no IFCH-UNICAMP, em meio à canícula na primavera campineira, devido ao *El Niño*. Antes, no primeiro semestre, durante o curso da disciplina ministrada pelo professor de Decca, assistimos a uma conferência sobre *Os Sertões*, proferida pelo crítico literário Luiz Costa Lima (1937-).

Como já assinalei, Canudos apareceu em minhas elucubrações ainda na infância – e não apenas pela leitura de *A Aldeia Sagrada*. Além do contato com a elaboração literária, havia a memória do meu pai entrando em cena, pois sua meninice também foi marcada pelas narrativas sobre a experiência do Belo Monte. Seu Amadeu Moreira me contou detalhes sobre a guerra, admirando a valentia dos sertanejos e relembrando episódios que envolviam personagens como o coronel Antônio Moreira César (1850-1897), o governador Luís Viana (1846-1920) e Antônio Conselheiro (1830-1897). Talvez a joia mais valiosa das reminiscências paternas estivesse em uma informação surpreendente: João Alves Moreira, meu avô, ainda criança, testemunhou o aparecimento do Conselheiro no hoje Litoral Norte baiano (em 1887, conforme Euclides). Nos lugares por onde circulei em meus verdes anos – Alagoinhas, Entre Rios, Esplanada e Subaúma –, encontrava rastros das andanças conselheiristas. Portanto, cresci com Canudos povoando o meu imaginário.

Na Graduação, além da leitura de *Os Sertões*, descobri o Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC), órgão suplementar da UNEB, responsável pela guarda de boa parte da documentação da guerra. No CEEC, sob o enfoque “Canudos não euclidiano”, atuavam pesquisadores próximos ao professor José Calasans Brandão da Silva (1915-2001), como Roberto Nunes Dantas, Manoel Neto, Sérgio Guerra e José Carlos Pinheiro. Ainda hoje, os colegas se definem como “conselheiristas” – e não “euclidianos”. Nos primeiros anos de docência universitária, assisti ao documentário *Paixão e Guerra no Sertão de Canudos* (1993), do cineasta Antonio Olavo, que rememorava o centenário da chegada do *Bom Jesus* Conselheiro à antiga fazenda às margens do Vaza-Barris, iniciando a bela e trágica experiência do Belo Monte. Correndo o risco de incorrer em mais uma ilusão biográfica, diria que o universo conspirou para que Canudos estivesse no coração de minha próxima pesquisa...

Em 2001, sintomaticamente o ano de falecimento do meu pai, desenterrei dos arquivos do computador o ensaio escrito para a disciplina ministrada pelo professor de Decca e elaborei um anteprojeto, pleiteando meu reingresso no



Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP. Entre as obrigações docentes e as tarefas paternas, elaborei uma carta de intenções denominada “Victor Hugo e a Vendeia em *Os Sertões*: historiografia e literatura na obra de Euclides da Cunha”, aprovada na seleção para o doutorado e com a orientação definida do professor Edgar de Decca. Em março de 2002, retornei ao IFCH e mergulhei na pesquisa acerca dos elos que vinculavam Euclides a Victor Hugo. No Programa, situei-me na área de concentração “Política, memória e cidade” e na linha de pesquisa “Jogos do político: conceitos, representações e memória”. Nos Seminários de Linha de Pesquisa, os projetos dos discentes eram discutidos, sob a mediação dos professores Edgar de Decca e Italo Arnaldo Tronca (1936-2015) e da professora Izabel Andrade Marson (1948-). Além de buscar intertextualidades entre a obra euclidiana e o romance hugoano, tive que enfrentar o mar de trabalhos que versavam sobre aspectos da biografia do escritor brasileiro e da *ontologia discursiva* de *Os Sertões*. Assim, dialoguei com a produção dos teóricos literários, com destaque para Roberto Ventura (1957-2002), Leopoldo M. Bernucci (1952-), Francisco Foot Hardman (1952-), Berthold Zilly (1945-) e Walnice Nogueira Galvão (1937-). Na relação tecida com os autores, terminei me aproximando de Foot Hardman (integrou a Comissão Julgadora da minha tese), Leo Bernucci (tornou-se meu amigo e nos encontramos algumas vezes em Salvador) e Zilly (o tradutor alemão de *Os Sertões* esteve muito presente nos eventos acadêmicos realizados Bahia sobre Canudos e/ou Euclides no período em análise). Já Roberto Ventura, merece um capítulo à parte. No segundo semestre de 2002, com a anuência do orientador, pretendia cursar a disciplina “Literatura, Cultura e Mídia”, que seria oferecida no Instituto de Estudos de Linguagem (IEL) da UNICAMP, sob a responsabilidade de Roberto Ventura, professor da USP e respeitado biógrafo euclidiano. Na verdade, Roberto ministrou uma aula, em 12 de agosto, e faleceu dois depois, quando retornava a São Paulo, após participar da Semana Euclidiana, em São José Pardo. A sua presença-ausência pode ser constatada na tese, que foi dedicada a ele e ao meu pai.

Participar das Semanas Euclidianas de 2003 e 2004 contribuiu para o resultado final da minha pesquisa. Ademais, na Casa de Cultura Euclides da Cunha, entre os objetos que pertenceram ao escritor caboclo, identifiquei uma leitura da sua juventude ausente nos estudos acerca do autor de *Os Sertões: História de França popular e ilustrada*, de Henri Martin (1810-1883) – o principal aporte oferecido pela pesquisa ao “terreno minado” dos estudos euclidianos. Finalmente, em 28 de fevereiro de 2007 defendi a tese *A nossa Vendeia: o imaginário social da Revolução Francesa na construção da narrativa de Os Sertões*. Um registro a ser feito é que o professor Italo Arnaldo Tronca assumiu a orientação do trabalho a partir de 2003, devido à necessidade do professor de Decca realizar um estágio de pós-doutoramento fora do Brasil. A relação que estabeleci com o professor Italo era antiga, pois ele integrou a banca de seleção que chancelou meu ingresso no Programa, em 1996. Na oportunidade, sublinhou a relevância do conceito de imaginário no ofício do historiador. O professor Italo também se interessava pela temática de Canudos e chegou a realizar um documentário acerca do tema, financiado pela Petrobras. O mínimo que posso dizer é que ele exerceu dignamente o papel de tutor intelectual.

Assim como ocorreu com Croce, não pude encerrar rapidamente o “parêntesis Euclides” em minha trajetória de pesquisa. Em 2008, iniciei o projeto intitulado *Euclides da Cunha na Bahia: uma investigação histórica acerca da presença do correspondente de O Estado de São Paulo no território baiano durante a Guerra de Canudos*. A pesquisa, realizada juntamente com dois bolsistas Iniciação Científica (Edson Santos Ferreira da Silva e Daniela Silva de Santana), resultou em 22 itens de produção intelectual e foi encerrada em 2010. Por conta da minha vinculação ao tema de Canudos, orientei a dissertação de Leonardo Guimarães Leite intitulada *De Euclides a Vargas Llosa: um estudo sobre as representações de Antônio Conselheiro na Literatura*, defendida em 2013, no Mestrado em História Regional e Local da UNEB.

Em 2010, comecei a pesquisa que ainda desenvolvo: *No rastro de Miranda: uma investigação histórica acerca da trajetória de Antônio Maciel Bonfim (1905-*

1947). O inquérito resultou em 41 itens de produção intelectual e 20 orientações (graduação, Iniciação Científica e pós-graduação). Sobre o ponto em questão, antigos bolsistas de IC e pesquisadores voluntários ingressaram nos programas de pós-graduação em História da UNEB, UEFS, UFBA e UFF, em nível de mestrado e doutorado – a exemplo de Thiago Machado de Lima, Letícia Santos Silva, Iracélli da Cruz Alves, Claudia Ellen Guimarães de Oliveira, Rafael Rosa da Rocha e Elisângela Alves Almeida. A propósito dos discentes, a quem expressei os meus sinceros agradecimentos, o que mais me satisfaz na caminhada como professor-pesquisador é ter contribuído para a formação intelectual de centenas de homens e mulheres. É uma tarefa imprescindível do nosso *métier* educar as gerações mais jovens. Não nos esqueçamos da nossa “missão”: dar sentido ao passado em suas múltiplas e complexas relações com o presente.

Como nos recordou Carlo Ginzburg, discutindo as possibilidades do “paradigma indiciário”, por milênios o homem foi caçador. Ao longo das inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pelos, plumas emaranhadas e odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. E também a fazer operações mentais complexas, com rapidez fulminante, no interior de um bosque fechado ou de uma clareira cheia de ciladas. Resumo da ópera: gosto de pensar que não aprendi a pesquisar na universidade, circulando entre livros, fontes, discípulos e sábios, mas em minha infância, na Fazenda Limoeiro, buscando compreender os sinais da natureza e da presença do que me antecederam naquele local. O ato de pesquisar é um patrimônio acumulado ao longo da milenar experiência do gênero humano – e não uma descoberta de cientistas enclausurados em torres de marfim, que se distinguem radicalmente dos pobres mortais.

*E a escolha pela história política? Quais as principais referências?*

Conforme mencionei anteriormente, o fim do socialismo real, o desaparecimento da URSS e a extinção do PCB que conheci me marcaram profundamente. Na Graduação, afastei-me do marxismo e passei a namorar a História das Mentalidades – ironicamente, outra forma de estruturalismo. Em seguida, passei a investir nas leituras de Teoria e Metodologia da História – outra tentativa infrutífera de escapar do *pathos* da política. De alguma maneira, foi assim que descobri o Benedetto Croce “filósofo da História”.

Mas, diria Caetano Veloso (1942-), “a vida é real e é de viés” e o exercício da docência da disciplina História Contemporânea no Curso de Graduação em História de Alagoinhas me fez retornar ao *político* como dimensão privilegiada do conhecimento histórico. A razão é relativamente simples: ao tratar de temas séculos XIX (Liberalismo, Democracia, Socialismo, Nacionalismo, Imperialismo) e XX (Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa de 1917, Fascismos, Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria) não conseguia me desvencilhar da política. Na mesma época, dois textos de Eric J. Hobsbawm me fascinaram: o ensaio *O presente como história: escrever a história do seu próprio tempo* e a estupenda obra de síntese *Era dos extremos* – ambos publicados no Brasil em 1995. Em linhas gerais, os argumentos do historiador inglês poderiam ser sumariados desta forma: se o historiador tem condições de entender alguma coisa deste século é em grande parte porque viu e ouviu. Então, por que deveria tentar fugir do que vi e ouvi, da experiência política que me moldou, por mais dolorosa que fosse a sensação de derrota na década de 1990?

Por outro lado, em 1996, li *Direita e esquerda*, de Norberto Bobbio. Na contracorrente da chamada cultura “pós-moderna”, que alegava estarem ultrapassados os conceitos de direita e esquerda no contexto do final do século XX, sobretudo em função da crise do socialismo (tanto na vertente comunista quanto na social-democrata), Bobbio reafirmou a atualidade das posições políticas em apreço. Conforme o mestre italiano, não obstante todas as transformações em curso, os distintos valores da direita e da esquerda poderiam ser sintetizados em duas palavras: liberdade e igualdade,

respectivamente. Socialista, identifiquei-me com os argumentos expostos por Bobbio acerca da necessidade da esquerda em um mundo cada vez mais injusto e desigual.

Por outro lado, tanto no mestrado quanto no doutorado, investiguei as obras de dois intelectuais que foram homens de pensamento e ação – Croce e Euclides. *Pari passu*, recordei que todos intelectuais (homens e mulheres) sofrem as pressões políticas, ideológicas e institucionais do seu tempo, cometem erros interpretativos e cultivam preconceitos. A esse respeito, tenho uma enorme dívida intelectual para com os professores e os discentes que integravam a linha de pesquisa “Jogos do político: conceitos, representações e memória”– com especial ênfase para Edgar de Decca, Italo Tronca e Izabel Marson.

No retorno à Graduação, a partir de 2007, orientei trabalhos de conclusão de curso situados nas interfaces entre as Histórias Cultural e Política. No ano seguinte, ingressando como docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, atribuíram-me orientações claramente vinculadas à História Política, a exemplo das dissertações defendidas por Lielva Azevedo Aguiar – *“Agora um pouco da política sertaneja”*: *A trajetória da família Teixeira no alto sertão da Bahia (Caetitê, 1885-1924)* e Heber José Fernandes de Oliveira – *O Movimento de Luta Nacionalista em Cruz das Almas- Recôncavo Baiano (1957-1964)*. Na Graduação, especialmente a partir de 2010, a pesquisa sobre a trajetória de Antônio Maciel Bonfim possibilitou orientar subprojetos de Iniciação Científica e trabalhos de conclusão centrados no binômio comunismo-anticomunismo. Considerando os resultados alcançados e as trajetórias dos autores e autoras, destaco as monografias de Thiago Machado de Lima – *Esplanada é hoje cidade sem Deus: política, religião e anticomunismo nas correntezas do Golpe de 1964 no interior da Bahia*–, Letícia Santos Silva – *Cuidado com o olho de Moscou! Representações do comunismo em A Tarde e no Diário de Notícias (1930-1947)*–, Iracéli da Cruz Alves – *Bravas companheiras! Representações do feminino em O Momento*

(1945-1947) – e Elisângela Alves Almeida - *A Marcha da Família, com Deus, pela Democracia em Alagoinhas: História, Memória e Esquecimento*.

O Grupo de Trabalho Nacional de História Política (GTNHP) da ANPUH, reorganizado a partir de 2013, sob a coordenação do professor Altemar da Costa Muniz (UECE), também possibilitou intensificar meus vínculos com o tema aqui discutido. Nos colóquios e encontros do GT, pude trocar ideias acerca de questões como usos e apropriações de teorias, modelos e conceitos políticos, as relações interdisciplinares, escolha e uso de fontes, além dos caminhos e desafios da historiografia do político com colegas da estatura intelectual de Cláudia Viscardi (UFJF), Américo Freire (CPDOC-FGV), Angelo Priori (UEM), Luis Carlos dos Passos Martins (PUC-RS) e Faustino Teatino Cavalcanti Neto (UFCEG).

Para concluir a presente questão, em busca de uma síntese, pois acredito ter espalhado muitas pistas ao longo da resposta, diria que, no primeiro plano das minhas referências acerca do político como objeto da História, estão Karl Marx, Benedetto Croce, Norberto Bobbio e Sigmund Freud (1856-1939). Quanto aos historiadores profissionais, tendo em vista os usos que faço das suas investigações em meus trabalhos, diversos são incontornáveis: Eric J. Hobsbawm, René Rémond, Pierre Rosanvallon (1948-), Bronislaw Baczko (1924-2016), Jorge Ferreira (UFF), Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG), Daniel Aarão Reis Filho (UFF), Marly Vianna (UNIVERSO), Paulo Santos Silva (UNEB) e Lucileide Costa Cardoso (UFBA).

*Quais as ideias centrais apresentadas no livro “E Canudos era a Vendéia... o imaginário da Revolução Francesa na Construção da narrativa de Os Sertões”, fruto de sua tese de doutorado defendida na Unicamp em 2007, e publicado pelas editoras Annablume e Uneb?*

Em linhas gerais, a tese que se tornou livro discute os influxos do imaginário da Revolução Francesa no processo de construção da narrativa de *Os Sertões*. Para tanto, busquei desenvolver cinco raciocínios fundamentais. No primeiro,

abordei aspectos que considerei relevantes da biografia de Euclides da Cunha. Em seguida, analisei a presença da Revolução Francesa (especialmente a metáfora da Vendeia) na obra euclidiana, a partir da premissa segundo a qual o processo em questão se constituiu no conjunto de acontecimentos históricos mais relevante no quadro das referências teóricas do escritor caboclo. No terceiro período, discuti a construção da narrativa euclidiana da Guerra de Canudos, mediante uma hipótese de trabalho que postula a existência de três momentos do mencionado processo: antes do contato de Euclides com o conflito; durante a presença do correspondente de guerra na Bahia; e após o desfecho da guerra, materializado nas páginas do *livro vingador*. No quarto, busquei problematizar a chamada “ontologia discursiva de *Os Sertões*”, recorrendo às categorias de historicidade, ficcionalidade e literariedade, presentes na tessitura da sua narrativa, destacando, ainda, as contribuições do romance histórico *Quatrevingt-treize*, de Victor Hugo, para o consórcio de ciência e arte intentado por Euclides. Finalmente, reiterarei que a análise da construção da narrativa de *Os Sertões* evidenciou um processo complexo, no qual o escritor se valeu tanto de relatos históricos quanto de narrações imaginárias, para comunicar aos futuros historiadores o seu juízo sobre a Guerra de Canudos.

Creio que a epígrafe da tese, uma citação de *Relações de força*, de Carlo Ginzburg, explica o que busquei discutir, nos termos que seguem. Contra a ideia segundo a qual os modelos narrativos intervêm no trabalho historiográfico apenas no final, para organizar o material recolhido ao longo da investigação, busquei mostrar que, ao contrário, eles agem durante todas as etapas da pesquisa, criando interdições e possibilidades. As fontes históricas não são janelas escancaradas, como acreditam os positivistas (ou metódicos), nem muros que obstruem a visão, como pensam os céticos (ou pós-modernos). No máximo, podemos comparar as fontes a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte já se torna um elemento constitutivo dos trabalhos históricos. Mas a construção não é incompatível com a prova; a

projeção do desejo, sem o qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos infligidos pelo princípio da realidade. O conhecimento (inclusive o conhecimento histórico) é possível.

*Quais os desafios teóricos-metodológicos de trabalhar com uma obra tão discutida como os Sertões? Afinal, ela se enquadra como uma obra de História?*

São diversos e também incontornáveis. Para não abusar mais ainda da paciência dos eventuais leitores, mencionarei quatro dos desafios. Em primeiro lugar, a forma eivada de dramaticidade e tragédia presentes nas primeiras molduras biográficas de Euclides da Cunha, delineadas pela imprensa, pelo movimento euclidiano e pela tríade de biógrafos clássico do escritor: Francisco Venâncio Filho (1894-1946), Elói Pontes (1890-1967) e Sílvio Rabelo (1899-1972). A chamada *Tragédia da Piedade*, na qual o intelectual foi morto a tiros pelo cadete Dilermando de Assis (1888-1951), que mantinha uma relação extraconjugal com a esposa do primeiro, Ana Emília Ribeiro da Cunha (1872-1951), sem dúvida contamina a leitura de *Os Sertões*. Em seguida, a própria complexidade da obra, aliada à miríade de interpretações acerca dos seus significados, criou um verdadeiro “terreno minado” para os pesquisadores, a ponto de um historiador se perguntar que novo aporte pode trazer para uma compreensão diversa de um alfarrábio devassado por literatos, sociólogos, antropólogos, geógrafos e acadêmicos de outras áreas do conhecimento. Em terceiro lugar, a intelectualidade brasileira internalizou o livro vingador de tal maneira que ele se encontra inserido no imaginário nacional, ou, ainda, no que se convencionou definir como “cultura brasileira”. Sobre o ponto em questão, Luiz Costa Lima, um crítico literário avesso às concessões ao culto da personalidade euclidiana, assinalou que “se há um livro fundador de nossa identidade, será este”. A partir de uma perspectiva teórica distinta da de Costa Lima, Leopoldo M. Bernucci destacou que, em toda a história da literatura brasileira, nenhum escritor estabeleceu até o momento uma relação tão visceral com os seus leitores quanto Euclides, a ponto deles saírem deste



encontro com um sentimento de assombro ou perplexidade. Finalmente, há o problema da *ontologia discursiva de os Sertões*, a natureza da obra em apreço: científica ou artística?

Discurso sobre a realidade, consórcio da ciência e da arte, obra híbrida, livro inclassificável, diversas são as tentativas de enquadramento de *Os Sertões*. No que concerne ao conhecimento histórico, sublinhe-se a ambição explícita de Euclides no sentido de direcionar a obra ao “olhar de futuros historiadores”. A propósito, em minha tese, analisei três *máscaras narrativas* euclidianas: o historiador sincero ou tradicional, o biógrafo de Antônio Conselheiro e o historiador-testemunha. Ou seja, o autor do livro vingador também se investiu do papel de historiador. E ainda é tentador ler as reportagens enviadas por Euclides para *O Estado de São Paulo*, postumamente reunidas no opúsculo *Diário de uma expedição* (1939), como exercícios de História Imediata ou de História do Tempo Presente. De maneira complementar, o fato de a matéria do livro versar sobre um evento histórico, além do autor mencionar personagens reais, apoiar-se em fontes históricas, citar historiadores, criticar “nossos minúsculos historiógrafos” e aludir explicitamente ao imperativo da verdade histórica, deveria bastar para enquadrá-lo como trabalho da lavra dos amantes de Clio. Mas, de novo, a vida é real e é de viés. A arquitetura complexa da obra e as demais linguagens mobilizadas ultrapassam largamente o que se espera de um livro de História, mesmo no alvorecer do século XX. Como lembrou Berthold Zilly, do ponto de vista do registro dos fatos históricos, caso *Os Sertões* não fosse publicado, o conhecimento que temos acerca da Guerra de Canudos não seria irremediavelmente prejudicado, até porque a grandeza do trabalho se deve ao seu caráter literário – e não histórico ou historiográfico. E foi assim que a experiência de Canudos se inseriu fortemente no imaginário da nacionalidade brasileira, graças a uma estupenda obra literária.

Somente mais duas observações. Em primeiro lugar, advogar a literariedade de *Os Sertões* não significa acolher a tese segundo a qual se trata de uma obra de ficção. Aqui, há que se distinguir os conceitos de historicidade, literariedade e

ficcionalidade. Finalmente, acredito que uma classificação plausível do livro euclidiano seria um *ensaio de interpretação do Brasil*, nos moldes, por exemplo, de *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freire (1990-1987).

*Visitar o Parque de Canudos nos causa inúmeras inquietações, na sua avaliação por que o Arraial de Canudos precisava ser destruído?*

Neste quesito (e também no próximo), os limites de um historiador especializado na Canudos euclidiana vão se tornar evidentes. Meus colegas conselheristas Manoel Neto e Sérgio Guerra poderiam responder com mais propriedade à instigante questão. Bem, o Estado brasileiro utilizou em Canudos o secular padrão de violência no tratamento às contestações populares – e mais ainda em se tratando de movimentos rurais. Para não retrocedermos ou avançarmos muito no tempo, basta lembrar como o ente estatal agiu no Contestado (1912-1916), em Caldeirão (1937) e em Pau de Colher (1938) – apenas para ficarmos circunscritos aos ditos “movimentos messiânicos”. A ideia da “República em perigo” e a afronta das derrotas sofridas pelas tropas do Exército nas expedições Febrônio de Brito e Moreira César contribuíram para criar uma atmosfera de comoção que justificou o uso (e o abuso) do monopólio legítimo da violência física (nos termos weberianos) contra os sertanejos do Belo Monte – inclusive civis, mulheres e crianças.

Mas há um ponto a ser considerado. Após a derrota da Expedição Moreira César (3 e 4 de março de 1897), a opinião pública do Brasil litorâneo, açulada por parte expressiva da imprensa e da intelectualidade, tomou a destruição de Canudos como palavra de ordem. De um modo geral, letrados acreditavam que, no interior da Bahia, arquitetava-se um projeto político restaurador, objetivando por abaixo a ordem republicana e liquidar os valores da ordem e do progresso. Afinal, como recordou ironicamente Euclides, “Canudos era a nossa Vendeia”. Muito bem, destruído o arraial e divulgadas notícias relacionadas à degola de prisioneiros e toda sorte de violências perpetradas contra mulheres e crianças, produziu-se o que Walnice Nogueira Galvão denominou “reviravolta de

opinião” – e não apenas em Euclides, diga-se de passagem. Muitos intelectuais e jornalistas, que até 5 de outubro exigiam o extermínio do “arraial maldito”, passaram a se colocar como paladinos dos pobres camponeses. Rui Barbosa (1849-923), se antes acusava os canudenses de serem uma “horda de mentecaptos e galés”, “uma colônia de bandidos”, terminada a guerra e liquidada a ameaça, passou a se dedicar aos sertanejos mortos, chamando-os de “meus clientes”, lamentando não haver pedido *habeas corpus* para eles quando ainda estavam vivos. Em suma, o massacre de Canudos é ainda o melhor atestado do absoluto desconhecimento dos governantes, das elites e da *intelligentsia* nacional quando o problema concerne ao Brasil profundo.

*Tomando a experiência de pesquisa com Canudos, como percebe a relação entre história, memória e silêncio?*

Mais uma vez, circunscrevo-me aos limites do conhecimento acumulado por estudioso euclidiano. Acredito que não acrescentarei nada inédito ao trabalho de pesquisa baseado na História Oral desenvolvido pelo professor José Calasans e ampliado pelos seus discípulos conselheiristas. Do ponto de vista da Memória, recorde-se que a Guerra de Canudos foi um *evento de mídia*, coberto por jornalistas brasileiros e atraindo a atenção dos europeus – a exemplo dos ingleses, franceses e alemães. Euclides da Cunha e seus colegas periodistas legaram significativa gama de fontes aos historiadores do futuro – para não falar da documentação oficial acerca do conflito. Também já sugeri que o monumento literário de nome *Os Sertões* inseriu fortemente a experiência do Belo Monte no imaginário da nacionalidade brasileira. Assim, para os letrados, a Memória acerca dos eventos ocorridos no interior da Bahia estava preservada. Em absoluto era o caso dos sobreviventes do massacre perpetrado contra a gente de Antônio Conselheiro: mesmo após a sua queda, o arraial foi arrasado e os sertanejos experimentaram violência e a perseguição. Aqui, entraram em cena as tentativas oficiais de produção deliberada do Silêncio e do Esquecimento. Aos poucos, integrantes do séquito do Bom Jesus obtiveram

permissão para reconstruir os seus lares às margens do Vaza-Barris. Em 1947, cinquenta anos após a destruição da “Tróia de taipa”, Odorico Tavares (1912-1980), repórter de *O Cruzeiro*, entrevistou conselheiristas como Manoel Ciríaco. Posteriormente, outros letrados fizeram o mesmo. No ponto em análise, destaque-se o trabalho desenvolvido pelo professor Calasans, que retirou a história de Canudos da “gaiola de ouro de *Os Sertões*”. Portanto, diria que tanto o Silêncio quanto o Esquecimento foram sobrepujados pela Memória.

*Em pesquisas mais recentes o comunismo e o anticomunismo entraram no rol das suas preocupações. Apresente-nos Antônio Maciel Bonfim, o famoso comunista Miranda.*

Antônio Maciel Bonfim nasceu em São João Batista (atual Água Fria), no então município de Irará, estado da Bahia, em 10 de fevereiro de 1905. Seus pais eram os camponeses João Matias do Bonfim e Maria Maciel Bonfim. Após a mudança da família para Alagoinhas, o menino (apelidado *Guaxinim* pelos colegas) cursou o “Educandário Maria Imaculada”, mantido pelos padres maristas. A dedicação de Antônio aos estudos fez com que os religiosos convencessem seus pais a enviarem o pequeno para o Seminário Marista, em Recife. Segundo o bacharel Pedro Bonfim, o noviço fez na biblioteca da instituição as primeiras leituras de caráter revolucionário, livros sobre História e política. Após abandonar a carreira eclesiástica, ingressou no Exército, em 1922. Antônio Maciel participou da Revolta Paulista de 1924 e, no ano seguinte, reapareceu na Bahia, tornando-se professor em colégios de Salvador e Alagoinhas, lecionando Francês, Matemática e outras matérias. Nos anos seguintes, militou no jornalismo, tornando-se colaborador e redator do *Correio de Alagoinhas*. Em seguida, trabalho como bancário, em uma operadora portuária e como professor contratado da Companhia de Petróleo Anglo-Mexicana.

Na condição de elemento independente, apoiou a campanha da Aliança Liberal, em 1930. Descontente com a derrota da chapa Getúlio Vargas-João Pessoa, uniu-se a conspiradores e seguiu para o Rio de Janeiro, como

representante dos aliancistas baianos. Estabeleceu contato com Luiz Carlos Prestes (1898-1990) e tomou parte da criação da Liga de Ação Revolucionária (LAR), atuando como secretário do organismo na Bahia. Em 15 de setembro de 1930, foi preso em Alagoinhas, acusado de subversão, e identificado criminalmente quatro dias depois. Libertado, regressou a Alagoinhas e assistiu à entrada na cidade dos revolucionários aliancistas, comandados pelo capitão Agildo Barata (1905-1968). Como discordava do programa dos vencedores do momento, seguiu para o Rio de Janeiro e buscou integrar as fileiras do Partido Comunista do Brasil (PCB). Valendo-se do pseudônimo *Américo de Carvalho* foi preso duas vezes na capital federal, em 21 de julho de 1931 e 22 de janeiro de 1932. Enviado para a Colônia Correccional de Dois Rios, na Ilha Grande, estabeleceu contato com os comunistas presos e empreendeu fuga na companhia de dois deles, em novembro de 1932 – ingressando em seguida no PCB.

Bonfim ascendeu meteoricamente na estrutura partidária, passou a ser conhecido como *Miranda* e travou embates políticos com antigos dirigentes da organização, a exemplo de Heitor Ferreira Lima (1905-1989) e Leôncio Basbaum (1907-1969), que, posteriormente, representaram-no de maneira bastante negativa em suas memórias. Eleito secretário-geral do partido, em julho de 1934, Bonfim, sob o criptônimo *Adalberto de Andrade*, partiu para a Europa, em setembro do mesmo ano, chefiando a delegação brasileira que participou da Terceira Conferência dos Partidos Comunistas da América Meridional e do Caribe, na capital da União Soviética. Em Moscou, participou dos encontros que definiram o envio de Prestes e de um grupo de “assessores” da Internacional Comunista, inclusive Olga Benário (1908-1942), para o Brasil. Tanto na historiografia sobre as insurreições de 1935 quanto na memorialística comunista, acusa-se *Miranda* de ter apresentado informes triunfalistas sobre a conjuntura brasileira.

Após a derrota das insurreições de Natal, de Recife e do Rio de Janeiro, *Miranda* foi preso, em 13 de janeiro de 1936, juntamente com a sua companheira Elvira

Copello Calonio (*Elza Fernandes*). Bonfim foi muito torturado e, durante os interrogatórios, confrontado com a volumosa documentação apreendida em sua e casa e a de outros enviados da Internacional. Conforme Marly Vianna, o secretário-geral adotou a estratégia de confirmar tudo o que a polícia já sabia e de se calar no que lhe pudesse oferecer novos elementos. De toda sorte, não escapou da desconfiança dos companheiros e ainda teve que enfrentar o “caso *Elza*”, ou seja, o *justiçamento* da sua companheira (entre fins de fevereiro e início de março de 1936), estrangulada por militantes e dirigentes comunistas, sob a acusação de ser informante policial. No processo, Prestes desempenhou um papel central, instando decididamente os integrantes do secretariado nacional do PCB a cumprirem a macabra “tarefa”.

Em 5 de maio de 1937, Antônio Maciel Bonfim foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a 4 anos e 4 meses de reclusão, pela participação nos movimentos de novembro de 1935. Parte da pena foi cumprida na ilha de Fernando de Noronha. Após o encarceramento da direção nacional do PCB, a polícia descobriu os restos mortais de Elza, em 17 de abril de 1940. O episódio foi fartamente coberto por jornais, filmado e exibido em cinemas. A execução da *Garota* propiciou farta munição para a *indústria* do anticomunismo no Brasil. Ao que parece, somente após ter a certeza da execução de *Elza* pelos comunistas Bonfim passou a com a polícia. Como havia sido enviado para tratar da saúde no Rio de Janeiro, em 19 de abril de 1940, após ter ciência da descoberta do corpo da companheira, escreveu um bilhete (publicado pelos jornais) rompendo com o PCB. Finalmente, em 19 de julho do mesmo ano, após 4 anos, 4 meses e 6 dias de aprisionamento, Bonfim foi libertado.

Ao sair da prisão, *Miranda* sofria de tuberculose, havia perdido um rim e estava na mais absoluta miséria. Edmundo Moniz (1911-1997) conseguiu para o antigo dirigente um emprego de revisor em um jornal. Em junho de 1941, elaborou um artigo encomendado pela revista *Cultura Política*, que foi apreendido pela polícia e posteriormente publicado, sem a assinatura do autor. Segundo Carlos Lacerda (1914-1977), a personagem em apreço ainda trabalhou

como funcionário de um sindicato de fabricantes ou comerciantes de material de construção. Após retornar ao catolicismo, Antônio Maciel Bonfim faleceu em 2 de abril de 1947, na Casa de Saúde São José, no Rio de Janeiro.

*Relate-nos quais os caminhos que o levaram ao seu personagem. E quais as novidades que descobriu em relação a ele?*

Como tantas outras pesquisas, a que atualmente desenvolvo surgiu devido a um feliz acaso. Em janeiro de 2009, investigava acerca da presença de Euclides da Cunha nos jornais soteropolitanos à época da Guerra de Canudos no Setor de Periódicos Raros da Biblioteca Pública da Bahia, em Salvador, quando deparei com exemplares do *Correio de Alagoinhas* da década de 1920. O número de 20 de setembro de 1930 continha uma matéria intitulada “Antônio Bonfim e o comunismo”, na qual o articulista comentava a prisão do “educado moço com quem toda a cidade mantinha as mais estreitas relações” como “o chefe do comunismo na Bahia”. Surpreendentemente, considerando o anticomunismo já vigente no período, o texto é respeitoso para com o preso e o autor, recordando antiga amizade, deplorava a sua situação e expressava a dor dos familiares de Bonfim. Ainda hoje, não consigo ler sem rir a seguinte passagem: “Moço, cheio de vida, afeito ao trabalho, portador de qualidades que ornaram o seu caráter, Antônio Bonfim não pode ser o comunista que os jornais da capital pintaram”.

Demorei certo tempo para associar Antônio Bonfim ao legendário dirigente *Miranda*. A partir da menção do articulista do *Correio de Alagoinhas* aos jornais da capital, busquei e identifiquei, em *A Tarde* e no *Diário de Notícias*, mais detalhes acerca da prisão do moço, dos seus companheiros na direção da LAR na Bahia, das relações entre Bonfim e Prestes e da liberação dos prestistas baianos, em setembro do mesmo. A partir da oficialização do projeto de pesquisa, em 2010, tenho rastreado de *Miranda* em fontes jornalísticas e documentais, com destaque para Prontuário GB 1890 da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), que integra a Série Comunismo do Fundo

Polícias Políticas, sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

No que concerne às novidades, cabe-me recordar, preliminarmente, que a trajetória de Antônio Maciel Bonfim ainda não havia sido objeto de investigação histórica específica. Assim, não é inusitado que uma pesquisa com tais características revele aspectos singulares acerca do seu objeto. Por outro lado, há diversas lacunas em distintos momentos da existência do antigo dirigente comunista (infância, juventude e últimos anos de vida), o que significa haver muito ainda para ser investigado.

Para começar, ao tocante à infância da personagem, consegui estabelecer o colégio religioso na qual Bonfim recebeu instrução formal – o “Educandário Maria Imaculada” e o seu primeiro pseudônimo – *Guaxinim*. No que diz respeito à juventude, a passagem de Antônio pelo Seminário Marista, em Recife, também é um dado novo acerca do seu percurso e o mesmo se pode dizer no tocante às leituras sobre História e Política realizadas durante o noviciado. O mesmo raciocínio vale no que concerne ao retorno a Alagoinhas, em 1925, e a militância jornalística em um hebdomadário local. Aliás, além de ter sido redator do *Correio de Alagoinhas*, Bonfim assinou pelo menos seis artigos tratando de temas diversos, a saber: “A consciência” (13 de abril de 1925); “Lembrando” (25 de abril de 1925); “O ideal” (25 de maio de 1925); “Evolução” (29 de julho de 1925); “Esperamos muitas reformas e mais o divórcio” (7 de junho de 1926); e “Norte e sul do Brasil” (26 de julho de 1926). Quanto ao período de militância comunista, a pesquisa que realizei no Prontuário GB 1890 corrigiu a data de libertação de *Miranda*, após ter sido condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, em 1937. Nos estudos sobre as insurreições de 1935, lê-se que Bonfim foi libertado em 1945, após a anistia dos presos políticos, decretada por Getúlio Vargas (1882-1954). Em *Olga* (1985), Fernando Morais (1946-) afirmou categoricamente: “Anistiado em 1945, Antônio Maciel Bonfim, o Miranda, caiu na mais completa obscuridade política. Morreu tuberculoso em Alagoinhas, interior da Bahia”. Porém, as



informações constantes no Prontuário 1890 registram outra data: 19 de julho de 1940. Bonfim também não foi anistiado, pois cumpriu a pena de 4 anos e 4 meses (e mais 6 dias) aplicada pelo TSN. Outros dados ausentes nos trabalhos que, de uma forma ou de outra, abordaram tangencialmente o caminho de Bonfim, dizem respeito ao fato dele ter produzido um artigo sob encomenda para revista *Cultura Política*, em junho de 1941, prontamente apreendido pela DESPS e a publicação do referido texto (sem a assinatura do autor) no sétimo número do periódico, em setembro do mesmo ano. Finalmente, mais duas informações originais. A primeira diz respeito ao local de falecimento do dirigente comunista: Antônio Maciel Bonfim faleceu na “Casa de Saúde São José”, no Rio de Janeiro – e não em Alagoinhas, conforme consta em outros trabalhos. Quanto ao último dado, diz respeito à data de morte de Bonfim: 2 de abril de 1947. A informação se encontra presente no artigo “O companheiro de Elza Fernandes”, de autoria do padre Arlindo Vieira, publicada na edição de 7 de maio de 1947 do carioca *Correio da Manhã*.

Enfim, acredito, em quase 9 anos de pesquisa, identifiquei novos indícios que problematizam a trajetória de Antônio Maciel Bonfim e compõem uma nova moldura biográfica da personagem, em um livro que virá a lume oportunamente.

#### *Quais os principais embates entre Luís Carlos Prestes e Miranda?*

As relações entre Prestes e Bonfim constituem uma das pontas do “novo biográfico” que teimo em desembaraçar. Em abril de 1930, Antônio Maciel Bonfim abandonou um bom emprego na “Companhia de Petróleo Anglo-Mexicana” para atuar no Rio de Janeiro, elemento de articulação entre os conspiradores aliancistas da Bahia e os militares rebeldes. Nos meses seguintes, o jovem de Alagoinhas estabeleceu contato com Prestes, então exilado em Buenos Aires, aderindo e discutindo com o *Cavaleiro da Esperança* o conteúdo do manifesto de criação da Liga de Ação Revolucionária, criada em julho de 1930. Bonfim atuou como secretário da LAR na Bahia, até a sua prisão, em 15

de setembro do ano. Conduzido à delegacia, admitiu que mantinha correspondência (a partir do pseudônimo *Câmara de Barros*) com Prestes e outros indivíduos na capital da República. No conjunto de documentos apreendidos com o rapaz estava uma curiosa carta, na qual o propagandista baiano estranhava o silêncio do comandante da Coluna, que não havia respondido às suas missivas anteriores, inclusive uma em que demandava uma subvenção (dinheiro). E concluía: “Caso não possa entrar em ação nesta capital, tomarei outro destino com as minhas ideias”. Aqui, o registro claro do primeiro embate conhecido entre as personagens em apreço.

No com a passar do tempo, as divergências entre os dois homens se acentuaram. Em sua autobiografia, datada de 7 de novembro de 1934 e depositada nos arquivos da Internacional Comunista, em Moscou, *Miranda* assinalou que rompeu com Prestes em dezembro de 1930, no debate que antecedeu a dissolução da LAR. Na condição de dirigente e depois secretário-geral do PCB, Antônio Bonfim colocou-se ao lado dos que vetaram as tentativas de admissão de Prestes no partido. Em *Camaradas* (1993), William Waack (1952-) apontou que a pressão de Moscou sobre os comunistas brasileiros, forçando a entrada do comandante da Coluna na agremiação, datava de 11 de março de 1934 – antes, portanto, do famoso soco na mesa de Dimitri Manuilski (1883-1959), que, conforme Prestes, havia decidido o seu ingresso no PCB. O comitê central resistiu o quanto pode, mas, em 12 de setembro, às vésperas da partida da delegação brasileira para Europa, *A Classe Operária* publicou a notícia da filiação de Prestes ao Partido Comunista do Brasil.

Nos “encontros de Moscou”, animosidade entre o secretário-geral e o líder tenentista se manteve. Conforme Prestes assinalou em uma das suas entrevistas, *Miranda* (ou *Queiroz*, como era conhecido pela Internacional) apresentou informes falsos sobre a situação brasileira, a ponto de impressionar Manuilski, que não se casava de repetir: “Ah, se tivéssemos na Europa um secretário político que conhece o partido como esse jovem conhece!”... Por outro lado, o general da Coluna também assinalou que o homem da

Internacional elogiou muito a sua figura e o seu papel, criando um ambiente desagradável para o secretário-geral do PCB. A guerra de egos prosseguiu nos meses que antecederam as insurreições de novembro de 1935. Prestes estava ciente que havia retornado ao Brasil para dirigir a revolução, criando uma incômoda sombra para *Miranda*. Bonfim chegou a escrever uma carta para o Secretariado Latino-Americano da IC pedindo para ser afastado da direção e retornar ao trabalho de base. Um dos “assessores” enviados por Moscou, Johann de Graaf (1894-1980), vulgo *Franz Gruber*, reproduziu aos superiores a seguinte discussão, ocorrida no começo de novembro de 1935: “O chefe do partido sou eu”, dizia *Miranda*. “Logo sou eu que vou comandar aqui no Brasil e dar as ordens”, retrucou Prestes. O receio de que Prestes tomasse o seu posto explica algumas atitudes inusitadas do secretário-geral. Por exemplo, *A Classe Operária*, contrariando a orientação da Internacional, perseverava em teses e palavras de ordens como: “Repúblicas Soviéticas do Brasil”, “soviets de camponeses e trabalhadores”, “hegemonia do proletariado” e “revolução socialista”. A maneira mais original adotada por *Miranda* foi passar a assinar os artigos publicados no jornal do PCB com variações do nome próprio – quem sabe buscando assegurar seu lugar em uma futura ordem revolucionária. Na edição de 20 de julho do mesmo, subscreveu A. Maciel Bonfim (Miranda) em um artigo sobre as guerras imperialistas. Uma temeridade para um líder de um partido ilegal!

Para concluir este item, recorde-se que Prestes atribuiu a Bonfim uma postura desleixada e vacilante, que impediu desencadear com mais rapidez uma insurreição na capital, após tomar conhecimento das revoltas ocorridas em Natal e em Recife. Há ainda o protagonismo de Prestes no “caso *Elza*”. Finalmente, nos depoimentos e entrevistas concedidas após o retorno ao Brasil, em 1979, e especialmente após o rompimento com a direção nacional do PCB, no ano seguinte, Prestes não cansou de responsabilizar *Miranda* por três erros capitais: os “informes-baluarte” (exagerados) prestados em Moscou; as informações falsas repassadas a ele e aos enviados da IC; e ter capitulado diante

da polícia. No que concerne à responsabilidade no “justiçamento” de Elvira Copello Calonio, o general da Coluna limitou-se a dizer: “Eu não mandei matar Elza. [...]. Quem mandou matar Elza foi o partido”.

Em suma, continuo enredado no novelo, sem encontrar uma das suas pontas.

### *Quais os desafios de se pesquisar o gênero biográfico?*

Os desafios para se escrever uma biografia histórica na contemporaneidade são tantos e carregam tal complexidade que não podem ser suficientemente explorados em uma entrevista. Telegraficamente, apontarei três: a) o próprio estatuto do gênero biográfico, que, ao longo de um percurso mais do que milenar, tem sido referido como “compósito”, “híbrido”, “controverso”, “problemático”, “confuso”, “duvidoso”, ou seja, um “gênero menor”; b) a paixão do biógrafo pelo biografado – implacavelmente condenada por Freud; e c) a “ilusão biográfica”, nos termos apontados por Pierre Bourdieu (1930-2002).

Como qualquer outra atividade científica, pesquisar objetos relacionados ao gênero biográfico demanda uma constante atitude de criticidade dos investigadores e uma postura de responsabilidade ética para com os produtos finais. Como ressaltou Roberto Ventura, toda biografia é um relato verossímil construído a partir de fontes diversas. Logo, a narrativa será uma versão dos fatos, criada a partir de depoimentos e documentos. No entanto, muitos indícios (uma carta ou uma entrevista) são interpretados pelo biógrafo, sem que se possa ter certeza sobre o grau de verdade da interpretação proposta. O biógrafo precisa ter a coragem e a ousadia de dar a sua versão dos fatos, de trazer ideias sobre as motivações de seu personagem – criando o interesse pela narrativa, que deve ir além da mera exposição de fatos e dados. Em síntese, ainda na esteira das reflexões do biógrafo de Euclides da Cunha, para escrever uma biografia é preciso confrontar testemunhos contraditórios e rever o que se conhece sobre o biografado à luz das fontes levantadas. No ponto em questão, o biógrafo pode descobrir fatos novos ou pistas até então desconhecidas.

*Por fim, como você vê o papel dos historiadores nesse cenário de crise política?*

Um aspecto inicial a ser abordado é que o Brasil possui uma significativa comunidade de historiadores e historiadoras, fruto da expansão dos programas de pós-graduação e das demandas sociais relacionadas ao direito à História. Trata-se de uma comunidade de excelência, muito bem preparada teoricamente e engajada em diversas lutas, com destaque para a defesa da Universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Assim, não é surpresa o papel significativo (no meu entendimento) desempenhado pelos historiadores e pelas historiadoras na discussão da atual crise política e em mobilizações correlatas.

Mais especificamente, estou me referindo ao movimento *Historiadores pela Democracia*, capitaneada pelas professoras Hebe Mattos (UFF) e Tânia Bessone (UERJ). A iniciativa surgiu em após a sessão de 17 de abril de 2016, quando a Câmara dos Deputados aprovou para ser prosseguimento no Senado Federal o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Buscando como objetivo imediato colher depoimentos em vídeos contrários ao processo, cresceu com a criação de um grupo público da rede social Facebook (que reúne hoje 43.209 componentes) e se cristalizou com a iniciativa de visitar a mandatária afastada no Palácio da Alvorada, em 7 de junho do mesmo ano. Integrado por historiadores com carreira consolidada em universidades brasileiras e estrangeiras, jovens profissionais de História e estudantes, o movimento não pretende, como salientam as organizadoras da coletânea que tem o mesmo nome do grupo, representar todos os profissionais da área, divididos politicamente, posto que são uma expressão da sociedade brasileira. Muito embora ressaltem a pluralidades de olhares sobre a crise política brasileira, destacam que um denominador comum unifica os integrantes do movimento: a convicção, arquitetada a partir dos raciocínios historiográficos, de que a Democracia no Brasil corre risco. E mais: parcela significativa dos profissionais de História, que compõe a iniciativa, sente-se na obrigação de denunciar o

golpe em curso, tomando por base a experiência de pesquisa dos profissionais em apreço e os problemas por eles formulados para interrogarem o passado. Para além do engajamento como cidadãos, em defesa de bandeiras civilizatórias, tais como o Estado Democrático de Direito e a Universidade pública, acredito que não podemos descurar de um do princípio estruturante do nosso *métier*: o fato de historiadores e historiadoras serem portadores de um *conhecimento específico* acerca do passado. A propósito, Eric J. Hobsbawm, discutindo as possibilidades e os limites de se escrever a história do próprio tempo, recordou que o início da compreensão histórica é uma valorização da *alteridade* do passado e o maior pecado dos amantes de Clio é o anacronismo. Ou seja, uma das atitudes mentais que distinguem os integrantes de nossa comunidade de outros profissionais ou de diletantes é saber que o passado é outro país, que as pessoas e as coisas de ontem são diferentes das do presente. Acredito que o quanto mais nos ativermos às nossas responsabilidades de *experts*, em suas intrincadas relações com o presente, melhor compreenderemos a crise atual.

Em hipótese alguma defendo que historiadores e historiadoras se refugiem no seu “poleiro particular” (retomando uma feliz expressão de Hobsbawm), temendo cometer erros de avaliação e abandonem as possibilidades fascinantes de compreensão e intervenção no presente. Ao contrário. Até porque seria contraditório para alguém que tomou o axioma “toda verdadeira história é história contemporânea” como tema de investigação. Na mesma linha de raciocínio, na esteira de E. H. Carr, vislumbro na História um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre passado e presente. O que desejo sublinhar é a nossa responsabilidade profissional, em meio à hiperpolitização da sociedade brasileira. Comumente, quando historiadores e historiadoras emitem pontos de vista sobre o presente distanciados dos seus objetos de pesquisa, arriscam-se a dizer o óbvio, de não conseguirem ir além da mera opinião. Exemplificando, o fato de um historiador ser engajado politicamente, militar em organização de esquerda, não lhe

concede a legitimidade intelectual para abordar temas sobre os quais são tem pesquisa de arquivo. Como cidadão, é evidente, pode (se assim desejar) emitir opiniões, mas, na *pele do historiador*, deve, no mínimo, obedecer ao princípio da honestidade intelectual e admitir os limites da sua intervenção. Ademais, o desejo de exercitar a prática da História Pública tem potencializado a figura do “tutólogo” definido por Carlo Ginzburg como aquele acadêmico que fala sobre tudo, que é consultado pelas mídias para falar e escrever sobre tudo. Diria que, se buscamos verdadeiramente a compreensão da crise atual (por mais dolorosa que seja a descoberta), necessitamos de mais historiadores com as responsabilidades do especialista e de menos dos tutólogos e ideólogos que estão na crista da onda.

Finalmente, assinalo que os historiadores do político (especialmente os que investigam objetos relacionados ao binômio comunismo/anticomunismo) têm muito a dizer sobre a crise atual. Sobre o ponto em questão, recorde-se que a Revolução de Outubro de 1917 foi um evento fundamental para a história do breve século XX. Por um lado, atraiu admiração, entusiasmo e adesão de milhões de homens e mulheres em todo o globo. Por outro, despertou também em milhões aversão, medo e oposição sistemática. No plano das ideias, um dos desdobramentos da Revolução Russa foi dar sentido ao imaginário anticomunista que caracterizou a *Era dos Extremos*. Em tese, o anticomunismo deveria ter sido sepultado pelo conjunto de fatos que marcaram o encerramento do século: a queda do Muro de Berlim, o fim dos regimes socialistas da Europa oriental e a extinção da União Soviética. Contudo, eis que, no Brasil, ao longo dos últimos anos, nos mundos “real” e “virtual”, disseminasse um novo anticomunismo. Políticas públicas compensatórias são adjetivadas comunistas; a liberdade de cátedra tornou-se sinônimo de “doutrinação comunista; e, em nome da “ameaça comunista”, setores da opinião pública exigem uma “intervenção militar”, que liquidaria os fiapos do Estado democrático de Direito ainda existente. Oxalá os jovens historiadores e as jovens historiadoras que vivem nestes tempos possam compreender e dar

sentido aos fenômenos aludidos, ao tempo que revisitam temas clássicos, revisam interpretações consolidadas, recompõem trajetórias e propõem novas vias para a História.

## Referências

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p. 183-191.

CARR, Edward Hallet. **Que é História?** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: campanha de Canudos. Edição, Prefácio, Cronologia, Notas e Índices de Leopoldo M. Bernucci. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

GAY, Peter. **Freud para historiadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. Carlo Ginzburg. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **As muitas faces da história**: nove entrevistas. São Paulo: Ed. UNESP, 2000. p. 269-305.

\_\_\_\_\_. **Relações de força**: História, retórica e prova. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. **Novos Estudos**, São Paulo, CEBRAP, n. 43, p. 103-112, nov. 1995.

MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN (Orgs.). **Historiadores pela Democracia**: o golpe de 2016 e a força do passado. São Paulo; Alameda, 2016.  
MORAIS, Fernando. **Olga**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. **Toda verdadeira história é história contemporânea**: a historiografia como passado-presente na obra de Benedetto Croce. 1999. 120 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de



Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

\_\_\_\_\_. As vidas paralelas (e invertidas) de Euclides da Cunha e Antônio Conselheiro. In: IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH-BA. 2008. Vitória da Conquista, BA. **Anais Eletrônicos...** Vitória da Conquista, BA: UESB, 2009. Disponível em: <[http://www.uesb.br/anpuhba/anais\\_eletronicos/Raimundo%20Nonato%20Pereira%20Moreira.pdf](http://www.uesb.br/anpuhba/anais_eletronicos/Raimundo%20Nonato%20Pereira%20Moreira.pdf)> Acesso em: 2 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **E Canudos era a Vendéia...** O imaginário da Revolução Francesa na construção da narrativa de *Os Sertões*. São Paulo: Annablume, 2009.

\_\_\_\_\_. Cem anos sem Euclides da Cunha? A presença de um intelectual na cultura brasileira (1909-2009). In: OLIVEIRA, Ana Maria dos Santos; REIS, Isabel Cristina dos Santos (Orgs.). **História Regional e Local: discussões e práticas**. Salvador: Quarteto, 2010. p. 13-22.

\_\_\_\_\_. No rastro de Miranda: convite a uma investigação histórica sobre a trajetória de Antônio Maciel Bonfim. In: SILVA, Paulo Santos (Org.). **Desarquivamento e narrativas: História, Literatura e Memória**. Salvador: Quarteto, 2010. p. 31-46.

\_\_\_\_\_. História e Memória da Insurreição de 1935 nas entrevistas de Luiz Carlos Prestes. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, vol. 4, no. 8, p. 266-278, dez. 2012. Disponível em: <[http://www.rbhcs.com/index\\_arquivos/Artigo.HistoriaeMemoriadaInsurreicao.pdf](http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.HistoriaeMemoriadaInsurreicao.pdf)> Acesso em: 27 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Benedetto Croce (1866-1952). In: PARADA, Maurício (Org.). **Os Historiadores: clássicos da História**, vol. 2: de Tocqueville a Thompson. Petrópolis, RJ: Vozes, PUC-Rio, 2013. p. 138-158.

\_\_\_\_\_. Antônio Maciel Bonfim (Miranda): um esboço biográfico. **Revista Brasileira de História** [online], vol. 36, n.72, p.173-194, 2016. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472016v36n72\\_010](http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472016v36n72_010)> Acesso em: 15 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Desafios conceituais e metodológicos da escrita biográfica: notas sobre a trajetória de Antônio Maciel Bonfim (Miranda). In: MUNIZ, Altamar Costa; MARTINS, Luis Carlos dos Passos. **História Política: interfaces e diálogos**. Porto Alegre; Fortaleza, EDIPUCRS; EDUECE, 2016. p. 297-312.

\_\_\_\_\_. O jovem Antônio Bonfim: notas sobre o célebre Miranda antes da fama. In: CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia Costa (Orgs.). **Ditaduras: memória, violência e silenciamento**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 443-459.

VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**. Organização Mario Cesar Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WAACK, William. **Camaradas: nos arquivos de Moscou. A história secreta da revolução brasileira de 1935**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

Entrevista recebida em 10 de novembro de 2017. Aprovada em 28 de março de 2018.